

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Bardella S.A. Indústrias Mecânicas (“Companhia”) tem como principal atividade a fabricação de bens de capital sob encomenda, atuando em todas as fases de produção, desde a elaboração de projetos até a entrega em operação ao cliente. Além disso, executa reformas, melhorias e serviços de industrialização e reparos. Dedicar-se também à fabricação e comercialização de perfis laminados e trefilados. A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são negociadas na BM&F Bovespa. A Companhia possui duas plantas industriais no estado de São Paulo, nos municípios de Guarulhos e Sorocaba. A sede social da Companhia está localizada em Guarulhos – SP.

A Barefame Instalações Industriais Ltda., controlada da Companhia, atua em diversos estados do país, principalmente em montagem de campo para bens de capital sob encomenda, além de montagem e manutenção de dutos enterrados. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

A Energo Agro Industrial Ltda., controlada da Companhia, tem por objeto a exploração de toras e quaisquer atividades agrícolas e pastoris, inclusive a administração de projetos de florestamento e reflorestamento, além de importação e exportação. A empresa atualmente não tem atividades operacionais e não há também planejamento para descontinuar-la. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

A Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda., controlada da Companhia, atua principalmente como corretora de seguros para a Bardella, suas controladas e respectivos colaboradores, embora tenha também terceiros entre seus clientes. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.

A IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda., controlada em conjunto com a Alstom Hydro Energia Ltda., tem como objetivo a fabricação de equipamentos hidromecânicos e de levantamento. A sede social da empresa está localizada em Porto Velho - RO.

A Duraferro Indústria e Comércio Ltda., atua na fabricação de pontes rolantes e equipamentos metalúrgicos. A sede social da empresa está localizada em Araras - SP.

A Companhia e suas controladas têm seus principais clientes nas áreas de Energia, Metalurgia, Mineração, Portos, Óleo e Gás.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

b) Demonstrações financeiras individuais da controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements), revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

A Diretoria da Companhia, em reunião realizada em 26 de março de 2015, autorizou emissão destas demonstrações financeiras.

A Companhia declara que as demonstrações financeiras consolidadas estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelos CPCs vigentes em 31 de dezembro de 2014, as quais incluem os novos pronunciamentos, interpretações e alterações, das seguintes normas, modificações e interpretações publicadas pelo IASB e pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014:

- Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27): as revisões entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A aplicação desta norma não causou impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que nenhuma das investidas da Companhia se qualifica para ser uma entidade de investimento.

- IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - Revisão do IAS 32: essas revisões esclarecem o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. A aplicação dessas revisões não causou impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 36 Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Revisão do IAS 36: essas revisões removem consequências não intencionais da IFRS 13 *Mensuração do Valor Justo* sobre as divulgações exigidas pelo IAS 36. Além disso, essas alterações exigem a divulgação dos valores recuperáveis dos ativos ou unidades geradoras de caixa (UGCs) para as quais tenha sido reconhecida uma perda por não recuperabilidade (*impairment*) durante o período. A aplicação dessas revisões não causou impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge - Revisão da IAS 39: essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de *hedge* quando a renovação de um derivativo designado como *hedge* atinge certos critérios. A aplicação desta revisão não causou impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRIC 21 Tributos: a IFRIC 21 esclarece quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A aplicação desta norma não causou impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Novas IFRS e Interpretações do IFRIC que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, os seguintes IFRS, alterações e interpretações do IFRIC haviam sido publicados, porém não eram de aplicação obrigatória:

Poderão trazer impactos para a Companhia

- *IFRS 9 Instrumentos Financeiros*: Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia.
- *IFRS 15 Receita de contrato com clientes*: Estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita ou da indústria. Aplica-se a todos os contratos de receita e fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de ganhos ou perdas com a venda de alguns ativos não financeiros que não estão ligados as atividades ordinárias da entidade (por exemplo, as vendas de imóveis, instalações e equipamentos ou intangíveis). Extensas divulgações são também requeridas por esta norma. Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com aplicação antecipada permitida.

Aplicáveis à Companhia, mas não se espera impacto nas demonstrações financeiras:

Alterações à IFRS 11 Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias: Exige que a entidade participante de um negócio em conjunto aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios. As alterações também deixam claro que uma participação societária previamente mantida em uma operação conjunta não é remensurada sobre a aquisição de participação adicional na mesma operação conjunta enquanto o controle conjunto for retido. Adicionalmente, uma exclusão de escopo foi adicionada à IFRS 11 para especificar que as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal. As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta e são prospectivamente vigentes para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 e após essa data, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil.

IAS 16 – Ativo Imobilizado e IAS 38 – Ativo Intangível: A alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece, na IAS 16 e na IAS 38, que o ativo pode ser reavaliado utilizando dados observáveis sobre o valor contábil líquido ou bruto. Adicionalmente, a depreciação ou amortização acumulada é a diferença entre os valores contábeis ou brutos do ativo.

Alterações à IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas: As alterações permitirão que as entidades utilizem o método de equivalência patrimonial ao contabilizarem investimentos em controladas, joint ventures e coligadas em demonstrações financeiras separadas. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada, que está em análise no Brasil.

IAS 40 – Propriedade para Investimento: A descrição de serviços auxiliares na IAS 40 estabelece a diferença entre propriedade para investimento e propriedade ocupada pelo proprietário (ou seja, ativo imobilizado). A alteração é aplicada prospectivamente e esclarece que a IFRS 3, e não a descrição de serviços auxiliares na IAS 40, é utilizada para determinar se a transação é a compra de um ativo ou uma combinação de negócios.

3 Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas brutas de vendas para produtos fabricados sob encomenda foram reconhecidas à medida de sua execução, proporcionalmente aos custos incorridos em relação aos custos totais estimados em orçamento ou reorçamento. As receitas de serviços prestados foram reconhecidas no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização ou se não puder ser mensurada confiavelmente.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

3.2 Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia e suas Controladas usem de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores

objetivos e subjetivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, quando aplicável: valor residual do ativo imobilizado e intangível; cálculo do custo atribuído (*deemed cost*) para determinados grupos de ativos imobilizados; a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; provisão para redução ao valor recuperável de ativos; provisão para devedores duvidosos; provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; créditos fiscais diferidos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Apesar de refletirem a melhor estimativa possível por parte da Administração, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas pelo menos trimestralmente.

3.3 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em milhares de Reais (R\$). A moeda funcional da controladora é o Real. Todas as entidades consolidadas estão situadas no Brasil e possuem sua moeda funcional definidas em Reais (R\$).

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Reais – R\$) pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.4 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos:

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

a) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

b) Instrumentos mantidos até o vencimento

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter seus instrumentos de dívida até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

c) Instrumentos disponíveis para venda

Os investimentos da Companhia em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado.

d) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Instrumentos financeiros derivativos:

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo, sendo sua contrapartida contabilizada no resultado do exercício como ganhos / perdas com derivativos na rubrica de resultado financeiro líquido.

Valor de mercado: o valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

Classificação entre circulante e não circulante: Instrumentos financeiros derivativos são classificados como circulante e não circulante ou segregados em parcela circulante e não circulante com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

Quando a Empresa mantiver um derivativo como hedge econômico (e não aplicar contabilidade de hedge), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como não circulante (ou circulante se mantido por um período inferior a 12 meses), consistentemente com a classificação do item correspondente.

O instrumento derivativo é segregado em parcela circulante e não circulante apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

São classificados nesta rubrica os valores em caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras denominadas como equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

3.6 Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente e provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Esta conta inclui efeitos a faturar, relativos aos produtos sob encomenda calculados através da apuração proporcional da receita bruta de vendas e, seus respectivos recebimentos são efetuados com base em eventos físicos de fabricação.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

3.7 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição ou de produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e são constituídas provisões para perdas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.8 Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas Controladas e Coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28) e são contabilizados no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças ocorridas após a aquisição das respectivas participações societárias. Tais mudanças ou variações são apresentadas na demonstração de resultados da Controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido das Controladas e Coligada atribuível aos acionistas da Controladora.

As demonstrações financeiras das Controladas e Coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia.

3.9 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos e atualizado monetariamente com base na legislação em vigor até 31 de dezembro de 1995.

Na data de transição para as IFRS, a Companhia e suas controladas, fizeram uso do dispositivo previsto no CPC 37 (R1) e seguindo orientação da Interpretação ICPC nº 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, avaliaram suas máquinas, equipamentos, edificações para atribuir um novo custo (deemed cost). A vida útil remanescente de todos os bens foi revisada.

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 13 e leva em consideração o tempo de vida útil remanescente estimado no laudo de avaliação patrimonial ou mediante estudos técnicos fundamentados que determinaram os novos valores atribuídos aos ativos. Efeitos decorrentes de eventuais alterações nessas estimativas, se relevantes, são tratados como mudança de estimativas contábeis e reconhecidos de forma prospectiva no resultado do exercício. Encargos financeiros e os gastos que aumentam significativamente a vida útil dos bens são capitalizados ao valor do ativo imobilizado e depreciados, considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos.

Os bens de produção registrados no ativo imobilizado estão líquidos de créditos do Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e a contrapartida está registrada em Impostos a compensar.

3.10 Propriedades para investimento

Propriedades para Investimento são mensuradas ao valor justo. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser permanentemente utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

De acordo com o item 30 do CPC 28 – Propriedades para Investimentos, a entidade deve escolher como sua política contábil o método do valor justo nos itens 33 a 55 ou o método do custo no item 56 e deve aplicar essa política a todas as suas propriedades para investimento.

As propriedades para investimentos pertencem à controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda. e correspondem a três andares de prédio comercial de escritórios com o objetivo de aluguel.

Na data de transição para IFRS, a Companhia e suas controladas fizeram uso do dispositivo previsto no CPC 37 (R1) e seguindo orientação da Interpretação ICPC 10 – Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, avaliaram suas máquinas, equipamentos e edificações, inclusive as propriedades para investimentos, atribuindo um novo custo (deemed cost).

O Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro afirma que uma alteração voluntária na política contábil deve ser feita apenas se a alteração resultar numa apresentação mais apropriada das operações, de outros acontecimentos ou de condições nas demonstrações financeiras da entidade.

As informações de propriedades para investimentos estão demonstradas na Nota Explicativa 14.a.

3.11 Arrendamento mercantil

- *Arrendamento financeiro*

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

- *Arrendamento operacional*

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional, que incluem aluguéis de equipamentos e imóveis, quando aplicável, são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

3.12 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida compreendem os saldos de ágio adquiridos por meio de combinação de negócios que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura. Os ativos intangíveis com vida útil definida estão representados por softwares amortizados pelo tempo remanescente estimado para uso. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente.

3.13 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.14 Provisões

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas Controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

3.15 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que serão auferidas. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

3.16 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, não registrando ajustes desta natureza.

3.17 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Companhia e suas Controladas optaram pelo Regime Tributário de Transição (RTT) previsto na Lei 11.941/09.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e o CPC Nº 32 – Tributo sobre o Lucro, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

3.18 Dividendos e juros sobre capital próprio

Pela legislação brasileira é permitido às sociedades pagar juros sobre o capital próprio, os quais são similares ao pagamento de dividendos, porém são dedutíveis para fins de apuração dos tributos sobre a renda. A distribuição dos juros sobre o capital próprio aos acionistas, quando aplicável, está sujeita à retenção de imposto de renda à alíquota de 15%.

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, quando aplicável, efetuada pela Administração da Companhia e que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica de “Dividendos e JCP a pagar” por ser considerada uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia.

3.19 Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período, nos termos do CPC 41- Resultado por Ação e IAS 33 - Resultado por Ação. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o resultado por ação básico e diluído são iguais.

4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas e suas controladas a seguir relacionadas:

	Porcentagem de Participação	
	31/12/2014	31/12/2013
Barefame Instalações Industriais Ltda.	100,00%	100,00%
Energo Agro Industrial Ltda.	100,00%	100,00%
Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda.	100,00%	100,00%
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	100,00%	60,00%
Barefame Industrial Ltda.	-	100,00%

Os percentuais de participação referem-se ao controle direto e indireto, exceto para a Barefame Industrial Ltda., cujo percentual refere-se ao controle indireto.

A Barefame Industrial Ltda. foi incorporada em 28 de novembro de 2014 pela Barefame Instalações Industriais Ltda., não acarretando em alteração nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 19 de dezembro de 2014, a Companhia adquiriu pelo valor de R\$20.656 (ver nota 19), os 40% restantes da Duraferro Indústria e Comércio Ltda. (“Duraferro”), em conformidade com a decisão proferida no procedimento arbitral CMA 234 da Câmara de Conciliação e Arbitragem CIESP/FIESP. Assim, a Companhia juntamente com sua controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda., passou a deter a totalidade do capital da Duraferro (vide nota 19).

Tratando-se de aquisição de participação minoritária, os valores excedentes do patrimônio líquido da Duraferro em 31/12/2014 foram lançados em conta redutora do patrimônio líquido da Investidora conforme a Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. A data base das demonstrações financeiras intermediárias das controladas incluídas na consolidação é coincidente com a da controladora.

IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.

A IMMA – Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda. é uma entidade controlada em conjunto e com a aplicação obrigatória do “IFRS 11 – Empreendimentos Conjuntos” que eliminou a opção da consolidação proporcional, o investimento na empresa foi contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. As principais informações financeiras da controlada em conjunto estão demonstradas na nota explicativa 14b.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b. Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das empresas controladas;
- c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;
- d. Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado, apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;
- e. Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	545	493	696	731
Aplicações financeiras - CDBs pós-fixados	29.458	12.590	32.841	13.994
	30.003	13.083	33.537	14.725

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco remoto de mudança de valor. As aplicações financeiras em certificados de depósito bancário e obrigações compromissadas foram remuneradas por

taxas que variavam de 99,20% a 100,80% do certificado de depósito interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2014 (98% a 100% em 31 de dezembro de 2013), tendo como contraparte bancos de primeira linha.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante:				
Clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 7)	54.745	47.252	56.830	58.766
Produtos seriados	15.812	12.613	20.224	16.673
Efeitos a faturar clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 7)	75.575	82.015	86.672	89.095
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2.085)	(2.007)	(2.764)	(2.657)
Subtotal	144.047	139.873	160.962	161.877
Partes relacionadas - contratos de serviços e construção (notas explicativas 7 e 12)	33.183	28.908	-	-
	177.230	168.781	160.962	161.877
Não circulante:				
Efeitos a faturar clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 7)	10.731	9.927	10.731	9.927
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(5.366)	(4.964)	(5.366)	(4.964)
Subtotal	5.365	4.963	5.365	4.963
	182.595	173.744	166.327	166.840

Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	Controladora	Consolidado
Circulante		
Saldo inicial 31/12/2013	(2.007)	(2.657)
Adição	(174)	(203)
Reversão	96	96
Saldo final 31/12/2014	(2.085)	(2.764)
Não Circulante		
Saldo inicial 31/12/2013	(4.964)	(4.964)
Adição	(402)	(402)
Saldo final 31/12/2014	(5.366)	(5.366)
	(7.451)	(8.130)

A composição dos valores em contas a receber referentes aos produtos seriados e serviços, por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
A vencer	11.294	7.413	14.454	10.136
Vencidos 1 a 30 dias	1.375	1.825	1.939	2.498
Vencidos 31 a 60 dias	437	850	443	864
Vencidos 61 a 90 dias	284	524	284	524
Vencidos 91 a 120 dias	156	3	156	3
Vencidos acima de 121 dias	2.266	1.998	2.948	2.648
	15.812	12.613	20.224	16.673

A parcela não circulante de contas a receber contém o valor líquido de R\$ 5.365 decorrente de reivindicações em contratos de longo prazo, cujas receitas foram reconhecidas devido às negociações terem atingido um estágio tal que tornou-se provável seu recebimento.

Os prazos ajustados para a conclusão dos projetos de fornecimento de bens de capital e equipamentos de infraestrutura são substancialmente longos e conseqüentemente propiciam oscilações durante a execução dos projetos, o que obriga a Companhia a cobrar, junto a determinados clientes, o ressarcimento de gastos para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

A conta “Efeitos a faturar” clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 7) refere-se ao saldo a receber de contratos de serviços e construção em execução e ainda não faturados e equivale ao excedente da receita reconhecida pelo método da percentagem completada e o respectivo valor recebido.

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base em análise da situação financeira de cada cliente e, em casos de processos judiciais de cobrança, com base em pareceres da respectiva assessoria jurídica.

A Companhia e suas controladas não possuem seguros de créditos para seus recebíveis.

7. Contratos de serviços e construção

Os contratos de construção correspondem à produtos sob encomenda. O reconhecimento da receita bruta destes contratos no resultado é feito com base na proporção do trabalho executado até a data do balanço, apurado através da proporção dos custos incorridos, em contraposição aos custos estimados totais do contrato (método da percentagem completada), conforme previsto no CPC 17 (R1) - Contratos de Construção.

A conta “Adiantamento de clientes” está composta principalmente de valores decorrentes de recebimento de contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente em relação à receita reconhecida através do método da percentagem completada.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante:				
Saldo a receber de contratos faturados em execução ou executados (nota explicativa 6)	87.928	76.160	56.830	58.766
Efeitos a faturar clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 6)	75.575	82.015	86.672	89.095
	163.503	158.175	143.502	147.861
Não circulante:				
Efeitos a faturar clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 6)	5.365	4.963	5.365	4.963
Adiantamentos recebidos por conta de contratos de serviços e construção em execução (nota explicativa 17)	(98.493)	(78.672)	(102.671)	(82.695)
Contratos de serviços e construção líquido a receber	70.375	84.466	46.196	70.129

Do saldo de contratos e serviços em construção líquido a receber, o montante de R\$ 13.082 refere-se a cliente que se encontra em recuperação judicial. A administração entende que o saldo é realizável, tendo em vista o histórico de adiantamentos realizados, bem como o estágio atual de fabricação da máquina e a necessidade operacional do cliente, pois sem as mesmas não há quaisquer condições de operacionalização da planta.

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Produtos acabados	15.535	15.514	15.638	15.595
Produtos em elaboração	25.725	23.784	30.842	30.632
Matérias primas	44.309	50.436	49.710	55.539
Material de consumo	628	1.703	3.391	4.563
	86.197	91.437	99.581	106.329

9. Tributos a recuperar e diferidos

a. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante:				
ICMS	15.116	9.108	15.698	11.382
IPI	3.763	2.077	4.244	2.715
Imposto de renda e contribuição social	1.094	1.302	4.700	6.128
COFINS	4.611	4.809	5.885	6.229
PIS	1.115	1.212	1.363	1.496
Outros	722	303	1.395	993
	26.421	18.811	33.285	28.943
Não Circulante:				
ICMS s/aquisição imobilizado	200	251	201	296
IPI	734	708	734	708
PIS	2.830	2.757	2.841	2.768
	3.764	3.716	3.776	3.772
	30.185	22.527	37.061	32.715

b. Imposto de Renda e Contribuição Social

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O Imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

De acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas possuem estudo técnico (data base 31 de dezembro de 2014), fundamentado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, aprovado pelos órgãos da Administração.

Embora a Companhia tenha incorrido em prejuízo fiscal nos últimos 5 exercícios, a Administração entende que o volume de projetos firmes a executar, já contratados com clientes em 31 de dezembro de 2014, no total de R\$ 736.031, valor bastante superior à 2013 e 2012, permitirá redução de capacidade ociosa e maior absorção de custos fixos, o que, aliado ao desenvolvimento de fornecedores mais competitivos e medidas adicionais de redução de custos fixos, permitem que as projeções de lucros tributáveis futuros compensem parte do imposto de renda e contribuição social diferidos.

A Companhia e controladas reconheceram os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional, e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis, limitando ao valor que estimam será compensado em até 10 anos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízos fiscais	18.517	17.566	25.447	24.927
Base negativa Csl	6.569	6.141	9.243	8.791
Diferenças temporárias	1.388	2.681	1.992	3.217
Total IR/CSLL diferido ativo	26.474	26.388	36.682	36.935
Saldo de IR/CSLL diferido ativo (*)	-	-	(6.110)	(6.161)
	26.474	26.388	30.572	30.774
Efeito de IR/CSLL dif. passivo adoção dos novos pronunciamentos	(56.154)	(57.531)	(69.957)	(73.751)
Saldos de IR/CSLL diferidos passivo	(29.680)	(31.143)	(39.385)	(42.977)

(*) refere-se a IR/CSLL diferido líquido das controladas Barefame Instalações Industriais Ltda. e Duraferro Indústria e Comércio Ltda., que foram mantidos no ativo por não serem compensáveis com o imposto diferido passivo.

Saldos existentes de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de Csl:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízo fiscal	118.362	117.644	197.379	196.661
Base de cálculo negativa de CSLL	91.190	89.552	170.207	168.569
	209.552	207.196	367.586	365.230

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a elas correspondentes.

Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo:

	Controladora	Consolidado
2015	1.372	2.757
2016	2.375	4.007
2017	3.004	4.155
2018	2.918	3.926
2019	2.978	3.923
2020	2.938	3.824
2021	2.846	3.687
2022	2.751	3.560
2023	2.651	3.436
2024	2.641	3.407
	26.474	36.682

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, conseqüentemente estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

Conciliação de despesa de Imposto de renda e Contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro/prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social.	5.009	(41.069)	4.255	(40.318)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	(1.703)	13.963	(1.477)	13.708
Diferenças permanentes e temporárias				
Resultado de equivalência patrimonial	4.785	(6.348)	3.983	2.465
Receita de incentivos fiscais	-	-	1.225	936
Despesas indedutíveis	(308)	(1.699)	(2.176)	(1.916)
Reversão/ utilização de provisões	6.162	-	5.801	-
Dividendos	-	-	144	117
Outros	61	-	(399)	88
	10.700	(8.047)	8.578	1.690
Efeito das diferenças permanentes pela alíquota nominal de 34%	3.638	(2.736)	2.917	575
Crédito fiscal diferido não constituído	(557)	(9.389)	(711)	(12.592)
Tributos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferença temporárias de exercícios anteriores	1.005	-	2.001	-
Reversão de crédito fiscal diferido ano 2012 Duraferro	-	-	(153)	-
Compensação de prejuízos fiscais 30%	-	-	530	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:	2.383	1.838	3.137	1.691
.Corrente	-	-	(434)	(704)
.Diferido	2.383	1.838	3.571	2.395

Crédito fiscal diferido não constituído: refere-se a diferenças temporárias e prejuízos fiscais sobre os quais não foi constituído o crédito fiscal diferido em razão do limite aprovado pela Administração no estudo técnico já mencionado nesta nota explicativa.

10. Títulos e valores mobiliários

A conta títulos e valores mobiliários está composta por ações da Vale S/A. O valor de mercado das ações foi obtido através da entidade custodiante e referem-se à cotação dos títulos na Bolsa de Valores de São Paulo, no último dia do exercício.

Estes instrumentos financeiros foram classificados na categoria de “Investimentos detidos para a venda”.

O detalhamento da quantidade de ações detidas e os valores justos em cada período/exercício está demonstrado conforme segue:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Quantidade de ações PNA N1 – Vale5	426.240	426.240
Valor de mercado na data de fechamento	19,39	32,83
Custo de aquisição	222	222
Variação do valor justo	8.043	13.772
Saldo contábil (<i>fair value</i>)	8.265	13.994

11. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Circulante				
Adiantamentos a fornecedores nacionais	16.104	7.098	16.255	7.616
Adiantamentos a fornecedores estrangeiros	14.811	3.640	14.811	3.665
Adiantamentos de férias	138	109	116	124
Outros	2.305	1.535	2.771	1.712
	33.358	12.382	33.953	13.117
Não Circulante				
Depósitos judiciais	5.459	5.234	8.206	7.983
Outros	2.240	613	2.509	883
	7.699	5.847	10.715	8.866
	41.057	18.229	44.668	21.983

12. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos existentes ao final do período e exercício, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas controladas e controlada em conjunto.

As principais operações realizadas referem-se a:

- Contratos de mútuo** – Referem-se a empréstimos para capital de giro e são contratados a taxa média diária do CDI, pelo prazo de necessidade das tomadoras;
- Vendas de produtos e serviços** - As transações são feitas considerando condições específicas pactuadas entre as partes e quando envolvem terceiros como destinatários finais, são efetuadas de

acordo com os parâmetros fixados nos contratos com os clientes finais;

- c. *Prestação de serviços administrativos e aluguéis* - A prestação de serviços administrativos entre as partes é cobrada mensalmente, de acordo com o rateio de custos efetivos. Os aluguéis de bens móveis e imóveis são cobrados mensalmente respeitando valores específicos acordados entre as partes;
- d. *Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor das controladas e controlada em conjunto* - A Companhia concedeu os seguintes avais em favor das Controladas do grupo, conforme relacionado abaixo:

	31/12/2014	31/12/2013
Barefame Instalações Industriais Ltda.	2.037	6.788
Duraferro Indústria e Comércio Ltda	5.378	30.829
IMMA Industria Met. e Mecânica da Amazônia Ltda.	8.314	15.437
	15.729	53.054

e. Composição dos saldos patrimoniais e transações realizadas entre a Controladora e suas controladas em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

	31/12/2014					
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas	Despesas e custos
Barefame Instalações Industriais Ltda.	49.394	23.564	122	-	11.986	6.986
Bardella Adm. de Bens e Empr. e Cor. de Seguros Ltda.	6	-	12	3.270	94	478
Energo Agro Industrial Ltda.	4	-	-	7.874	24	785
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	10.433	-	9.958	6.884	3.843	21.859
	59.837	23.564	10.092	18.028	15.947	30.108
Contas a receber (Nota explicativa 6)	33.183	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	26.654	-	-	-	-	-
	59.837	-	-	-	-	-

	31/12/2013					
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas	Despesas e custos
Barefame Instalações Industriais Ltda.	30.045	37.045	398	-	7.331	5.544
Bardella Adm. de Bens e Empr. e Cor. de Seguros Ltda.	28	-	11	3.517	84	380
Energo Agro Industrial Ltda.	6	-	-	7.433	17	565
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	10.404	-	153	10.059	174	4.812
	40.483	37.045	562	21.009	7.606	11.301
Contas a receber (Nota explicativa 6)	28.908	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	11.575	-	-	-	-	-
	40.483	-	-	-	-	-

Os preços e demais condições comerciais praticadas nas transações entre partes relacionadas são acordadas em contratos firmados.

f. Remuneração dos administradores – benefícios de curto prazo (remuneração fixa e variável).

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração da Bardella era composta por 4 conselheiros de administração e 3 diretores. O conselho fiscal era composto por 5 membros.

No período findo em 31 de dezembro de 2014, os membros do Conselho de Administração foram remunerados pelo montante de R\$ 1.700 (em 31 de dezembro de 2013 foi R\$ 1.613), o Conselho Fiscal pelo montante de R\$ 470 (em 31 de dezembro de 2013 foi R\$ 440) e a Diretoria pelo montante de R\$ 2.616 (em 31 de dezembro de 2013 foi R\$ 2.522), por seus serviços.

A Companhia e suas Controladas não patrocinam planos de pensão, benefícios pós-emprego e programas de remuneração baseada em ações.

13. Imobilizado

				Controladora	
				31/12/2014	31/12/2013
	Taxa anual depreciação	Custo	Depreciação	Liquido	Liquido
Edificações	2,70%	131.678	(25.785)	105.893	108.205
Máquinas e equipamentos	8,40%	145.679	(93.218)	52.461	55.742
Móveis e utensílios	10,00%	6.099	(5.105)	994	1.136
Veículos	20,00%	4.332	(3.123)	1.209	727
Equipamentos de informática	20,00%	5.132	(4.901)	231	255
Terrenos	0,00%	55.658	-	55.658	55.658
Instalações	10,00%	26.555	(25.301)	1.254	1.468
Obras em andamento	0,00%	5.303	-	5.303	8.534
		380.436	(157.433)	223.003	231.725

				Consolidado	
				31/12/2014	31/12/2013
	Taxa anual depreciação	Custo	Depreciação	Liquido	Liquido
Edificações	3,10%	165.652	(30.963)	134.689	137.513
Máquinas e equipamentos	9,00%	188.226	(118.250)	69.976	76.216
Móveis e utensílios	10,00%	7.749	(6.400)	1.349	1.572
Veículos	13,80%	32.125	(23.334)	8.791	10.330
Equipamentos de informática	20,00%	7.254	(6.907)	347	437
Terrenos	0,00%	56.894	-	56.894	56.894
Instalações	10,00%	30.234	(26.516)	3.718	4.032
Obras em andamento	0,00%	6.520	-	6.520	9.961
		494.654	(212.370)	282.284	296.955

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, do montante líquido demonstrado, R\$ 7.848, refere-se substancialmente a máquinas e equipamentos arrolados em garantia de ações judiciais e procedimentos administrativos.

Movimentação do custo

					Controladora
	31/12/2013				31/12/2014
	Custo	Adições	Baixas	Transferência	Custo
Edificações	131.300	240	-	138	131.678
Máquinas e equipamentos	141.886	545	(922)	4.170	145.679
Móveis e utensílios	6.067	61	(29)	-	6.099
Veículos	3.593	768	(37)	8	4.332
Equipamentos de computação	5.065	80	(13)	-	5.132
Terrenos	55.658	-	-	-	55.658
Instalações	26.455	3	-	97	26.555
Obras em andamento	8.534	1.182	-	(4.413)	5.303
	378.558	2.879	(1.001)	-	380.436

Movimentação do custo

					Consolidado
	31/12/2013				31/12/2014
	Custo	Adições	Baixas	Transferência	Custo
Edificações	164.923	242	-	487	165.652
Máquinas e equipamentos	184.473	682	(1.099)	4.170	188.226
Móveis e utensílios	7.706	74	(31)	-	7.749
Veículos	32.123	1.193	(1.202)	11	32.125
Equipamentos de computação	7.163	110	(19)	-	7.254
Terrenos	56.894	-	-	-	56.894
Instalações	30.134	3	-	97	30.234
Obras em andamento	9.961	1.324	-	(4.765)	6.520
	493.377	3.628	(2.351)	-	494.654

Movimentação da depreciação

Movimentação da depreciação					Controladora
	31/12/2013				31/12/2014
	Depreciação acumulada	Depreciação do exercício	Baixas	Outras	Depreciação acumulada
Edificações	(23.095)	(2.690)	-	-	(25.785)
Máquinas e equipamentos	(86.144)	(7.987)	908	5	(93.218)
Móveis e utensílios	(4.931)	(198)	24	-	(5.105)
Veículos	(2.866)	(285)	33	(5)	(3.123)
Equipamentos de computação	(4.810)	(103)	12	-	(4.901)
Instalações	(24.987)	(314)	-	-	(25.301)
	(146.833)	(11.577)	977	-	(157.433)

Movimentação da depreciação

Movimentações da depreciação					Consolidado
	31/12/2013				31/12/2014
	Depreciação acumulada	Depreciação do exercício	Baixas	Outras	Depreciação acumulada
Edificações	(27.410)	(3.553)	-	-	(30.963)
Máquinas e equipamentos	(108.257)	(10.929)	931	5	(118.250)
Móveis e utensílios	(6.134)	(290)	24	-	(6.400)
Veículos	(21.793)	(2.713)	1.177	(5)	(23.334)
Equipamentos de computação	(6.726)	(198)	17	-	(6.907)
Instalações	(26.102)	(414)	-	-	(26.516)
	(196.422)	(18.097)	2.149	-	(212.370)

Estão considerados os montantes a título de arrendamento mercantil financeiro descritos na nota explicativa 16.b.

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas não identificaram indicadores que poderiam requerer a constituição de provisão para perda de valor recuperável de seus ativos. A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado. Não foram verificados ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidas em 31 de dezembro de 2014.

14. Investimentos

a. Propriedades para investimento

Valor justo das Propriedades para Investimento

A Companhia apresenta suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia contrata avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo.

O valor justo das propriedades para investimento da Companhia em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 10.833 e em 31 de dezembro de 2013 é de R\$10.125.

Receita de aluguel derivada de propriedades para investimento

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Alugueis Recebidos	207	619

As propriedades para investimento pertencem à controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda. e correspondem a três andares de prédio comercial.

b. Participação em empresas controladas, controlada em conjunto e coligada

	<u>31/12/2014</u>	<u>Controladora</u> <u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2013</u>
Participação em empresas controladas, controlada em conjunto e coligada	123.169	113.349	74.373	70.390
Outros Investimentos	141	141	145	145
	<u>123.310</u>	<u>113.490</u>	<u>74.518</u>	<u>70.535</u>

Movimentação dos saldos

	Barefame Inst.Inds. Ltda.	Bardella Adm. Bens e Empr. E Cor. Seguros Ltda.	Energro Agro Industrial Ltda.	Duraferro Ind. e Comércio Ltda.	IMMA - Ind. Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.	Planihold S.A.	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2013	(2.097)	30.861	4.987	7.647	69.224	3.964	114.586
Resultado de equivalência patrimonial	(10.510)	1.034	57	606	2.815	(350)	(6.348)
Resultado de equiv. patrimonial sobre resultado abrangente	-	(2.234)	-	-	-	-	(2.234)
Provisão para perdas investimentos controladas	12.607	-	-	-	-	-	12.607
Lucros pagos	-	-	-	-	(5.262)	-	(5.262)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	29.661	5.044	8.253	66.777	3.614	113.349
Resultado de equivalência patrimonial	(563)	519	141	706	4.038	(56)	4.785
Resultado de equiv. patrimonial sobre resultado abrangente	-	(3.780)	-	-	-	-	(3.780)
Aquisição de participação societária minoritária	-	-	-	20.656	-	-	20.656
Ágio aquis. Investim.partic.minoritários Duraferro	-	-	-	(12.404)	-	-	(12.404)
Provisão para perdas investimentos controladas	563	-	-	-	-	-	563
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	26.400	5.185	17.211	70.815	3.558	123.169

• Informações das Investidas

	Barefame Inst. Inds. Ltda.		Bardella Adm. Bens e Empr. e Cor.Seg Ltda.		Energro Agro Industrial Ltda.	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo circulante	28.061	26.082	419	404	561	730
Ativo não circulante	45.692	49.610	32.427	37.455	7.874	7.433
Passivo circulante	59.294	44.713	216	260	201	150
Passivo não circulante	27.629	43.586	6.230	7.938	-	-
Patrimônio líquido	(13.170)	(12.607)	26.400	29.661	8.234	8.013
Receita operacional líquida	61.040	42.435	764	850	-	-
Resultado do exercício	(563)	(10.510)	519	1.034	221	92

	Barefame Inst. Inds. Ltda.		Bardella Adm. Bens e Empr. e Cor.Seg Ltda.		Energro Agro Industrial Ltda.	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Capital social	22.672	22.672	2.850	2.850	5.400	5.400
Quant. de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	22.672	22.672	2.850	2.850	5.400	5.400
Quotas	22.672	22.672	2.850	2.850	5.400	5.400
Patrimônio líquido	(13.170)	(12.607)	26.400	29.661	8.234	8.013
Participação no capital social, no final do exercício	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	62,96%	62,96%
Participação no patrimônio líquido	(13.170)	(12.607)	26.400	29.661	5.185	5.044
Resultado de equivalência patrimonial	(563)	(10.510)	519	1.034	141	57

	IMMA - Ind. Met. e Mec. da Amazônia Ltda.		Duraferro Ind.e Comércio Ltda.		Planihold S/A.	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo circulante	100.559	139.604	25.502	23.924	510	557
Ativo não circulante	97.231	103.557	28.680	34.101	16.650	16.865
Passivo circulante	43.364	84.694	28.442	26.820	18	18
Passivo não circulante	12.798	24.913	4.225	10.574	-	-
Patrimônio líquido	141.628	133.554	21.515	20.631	17.142	17.404
Receita operacional líquida	106.232	119.207	50.975	44.800	-	-
Resultado do exercício	8.075	5.630	884	1.514	(7)	(1.686)

	IMMA - Ind. Met. e Mec. da Amazônia Ltda.		Duraferro Ind.e Comércio Ltda.		Planihold S/A.	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Capital social	10.000	10.000	1.500	1.500	23.440	23.440
Quant. de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	5.000	5.000	1.200	600	4.866	4.866
Ordinárias	-	-	-	-	4.866	4.866
Quotas	5.000	5.000	1.200	600	-	-
Patrimônio líquido	141.628	133.554	21.515	20.631	17.142	17.404
Participação no capital social, no final do exercício	50,00%	50,00%	80,00%	40,00%	20,76%	20,76%
Participação no patrimônio líquido	70.815	66.777	17.211	8.253	3.558	3.614
Resultado de equivalência patrimonial	4.038	2.815	706	606	(56)	(350)

15. Intangível

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia e suas controladas possuíam registrados os seguintes ativos intangíveis:

		Custo				Amortização			
		Saldo em 31/12/2013	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2013	Amortização	Baixas	Saldo em 31/12/2014
Vida útil definida									
Software	5 anos	28.288	3.760	-	32.048	(17.096)	(428)	-	(17.524)
Ágio aquis. investim									
Duraferro (a)	indefinida	3.337	-	-	3.337	-	-	-	-
		31.625	3.760	-	35.385	(17.096)	(428)	-	(17.524)
Líquido						14.529			17.861

		Custo				Amortização			
		Saldo em 31/12/2013	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2013	Amortização	Baixas	Saldo em 31/12/2014
Vida útil definida									
Software	5 anos	30.009	3.769	(22)	33.756	(18.578)	(550)	-	(19.128)
Ágio aquis. investim									
Duraferro	indefinida	5.005	-	-	5.005	-	-	-	-
		35.014	3.769	(22)	38.761	(18.578)	(550)	-	(19.128)
Líquido						16.436			19.633

(a) O ágio na aquisição de investimentos corresponde à aquisição em 23 de abril de 2009, de 60% de participação na empresa Duraferro Indústria e Comércio Ltda. pelo valor total em dinheiro de R\$15.000, sendo 40% adquirida pela Bardella S.A. Indústria Mecânicas pelo valor de

R\$10.000 e 20% adquirido pela controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda. pelo valor de R\$5.000. Nesta mesma data, a Companhia assumiu o controle da Duraferro Indústria e Comércio Ltda.

A partir de 01 de janeiro de 2009 os saldos residuais de ágios não sofrem amortizações e são objetos de teste anual de recuperação do valor contábil, conforme o CPC 1 (R1).

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas não identificaram necessidade de constituição de provisão para perdas com base nas projeções de resultados aprovados pelos órgãos da administração.

16. Empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil financeiro

a-) Empréstimos e financiamentos

Imobilizado:	Indexador	Taxa média anual de juros em 12/2014	Vencimentos dos Contratos	Controladora		Consolidado	
				31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
BNDES - Finem	TJLP	1,80%	15/06/15	1.700	4.829	1.700	4.829
BNDES - Finem	TJLP	2,34%	15/02/16	-	-	1.045	1.829
BNDES - Finem	TJLP	4,80%	16/11/15	-	-	1.483	3.773
Bndes - Prosoft	Fixo	8,50%	15/02/15	310	2.542	310	2.542
BNDES - Finame	TJLP	1,40%	15/01/14	-	15	-	15
BNDES - Finame	Fixa	4,79%	15/09/15	-	-	554	1.542
BNDES - Finame	Fixa	6,00%	15/07/24	655	-	655	-
Outros	Fixa	16,20%	13/05/14	-	-	-	924
Outros	CDI	123% do CDI	14/09/15	675	1.575	675	1.575
Arrendamento Mercantil	Fixo	17,16%	06/08/14	-	-	-	550
Sub-Total				3.340	8.961	6.422	17.579
Capital de Giro:							
Financiamento Importação	EUR	2,48%	05/01/15 a 23/02/15	6.518	-	6.518	-
Financiamento Importação	EUR	2,25%	04/01/14 a 13/06/14	-	11.687	-	11.687
Financiamento Importação	USD	3,02%	08/01/15 a 05/06/15	4.985	-	4.985	-
Financiamento Importação	USD	2,65%	27/01/14	-	358	-	358
Nota de Credito Exportação	CDI	0,00%	10/01/14	-	16.867	-	16.867
Capital de Giro	CDI	1,80%	15/07/14 a 15/12/14	-	14.377	-	14.377
Capital de Giro	CDI	120% do CDI	26/07/15 a 13/05/17	19.035	-	19.035	-
Capital de Giro	CDI	136% do CDI	17/01/14	-	5.076	-	5.076
Finame Fabricante	Fixa	3,00%	15/07/14 a 15/01/15	11.682	85.288	11.682	85.288
Finame Fabricante	Fixa	6,00%	15/08/14 a 15/02/15	111.936	-	111.936	-
Finame Fabricante	Fixa	3,50%	17/11/14 a 15/01/15	-	-	4.333	13.000
Total Capital de Giro:				154.156	133.653	158.489	146.653
Total Geral:				157.496	142.614	164.911	164.232
Parcela Circulante							
Parcela não Circulante				60.109	128.300	67.263	142.042
Juros Pagos				97.387	14.314	97.648	22.190
				8.633	13.292	9.684	14.706

Para os contratos de financiamentos celebrados junto ao BNDES com taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado, as quais enquadram-se no escopo do IAS 20 /CPC 7, foram efetuados cálculos comparativos para cada contrato com a utilização do método de juros efetivos definidos pelo IAS 39 / CPC 38. As comparações foram efetuadas entre o valor total da dívida calculada com base na respectiva taxa pactuada e o cálculo de acordo com as taxas de mercado (valor justo). A receita de subvenção concedida pelo BNDES a apropriar, ajustada a valor presente em 31 de dezembro de 2014, resultou para a Controladora em R\$ 911 e para o Consolidado R\$ 1.016. Em 31 de dezembro de 2013 foi R\$ 2.732 para a Controladora e R\$ 2.812 (Consolidado).

Os financiamentos Finame têm como garantia os próprios bens financiados. Os demais financiamentos não possuem garantia. A Companhia e suas controladas não possuem cláusulas restritivas (*covenants*).

Os juros de empréstimos e financiamentos pagos no período estão classificados como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

Cronograma de desembolsos - Não circulante

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
2015	-	14.314	-	21.842
2016	90.197	-	90.458	348
2017	6.736	-	6.736	-
2017 a 24	454	-	454	-
	97.387	14.314	97.648	22.190

b) Arrendamento mercantil financeiro

A Companhia e suas controladas possuem ativos com contrato de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de 4 a 5 anos, com cláusulas de opção de renovação e opção de compra após essa data.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado das suas controladas.

Valor presente das parcelas obrigatórias do contrato (financiamentos):

	31/12/2014	Consolidado 31/12/2013
Máquinas e equipamentos	-	550

17. Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo de adiantamento de clientes	98.493	78.672	102.671	82.695

A conta "Adiantamento de clientes" está composta principalmente de valores decorrentes das condições de recebimento referentes a contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda (Contratos de construção vide nota explicativa 7) e representam a quantia bruta devida ao contratante

relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente em relação à receita reconhecida através do método da percentagem completada, conforme previsto no CPC 17 (R1) - Contratos de construção.

18. Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em avaliação de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Movimentação dos processos no período

	31/12/2013		Controladora 31/12/2014
	Saldo Inicial	Adição/ reversão / utilização de provisões	Saldo final
Trabalhistas/cíveis	661	(101)	560
Tributárias:			
.Federal	3.484	(3.368)	116
.Municipal	56	-	56
Subtotal tributárias	3.540	(3.368)	172
	4.201	(3.469)	732

	31/12/2013		Consolidado 31/12/2014
	Saldo Inicial	Adição/ reversão / utilização de provisões	Saldo final
Trabalhistas/cíveis	1.371	625	1.996
Tributárias:			
.Federal	8.107	(4.882)	3.225
.Municipal	56	-	56
Subtotal tributárias	8.163	(4.882)	3.281
	9.534	(4.257)	5.277

Programa de redução e parcelamentos de tributos – Lei 12.996/2014

Considerando os benefícios previstos na Lei 12.996/2014 para liquidação de débitos junto à Receita Federal do Brasil e mudanças nas expectativas de resultados de processos administrativos e judiciais, a Companhia decidiu pela liquidação à vista nos termos da legislação citada, de parte dos débitos da Controladora e suas Controladas, no montante de R\$ 4.095. As reduções totalizaram o montante de R\$ 3.418. Portanto, o saldo remanescente a liquidar totalizou R\$ 677.

Prováveis

Demandas trabalhistas e cíveis

Não foram identificados processos individualmente relevantes. Dos processos existentes são pleiteadas as seguintes verbas: horas extras, férias, adicional de periculosidade, insalubridade, dentre outras. Atualmente existem processos trabalhistas e cíveis em curso contra a Companhia e suas controladas, para os quais foram provisionados R\$ 560 na controladora (em 31 de dezembro de 2013 era R\$ 661) e

R\$ 1.996 no consolidado (em 31 de dezembro de 2013 o valor era de R\$ 1.371), relativos aos processos classificados por nossa assessoria jurídica como perda provável.

Demandas tributárias

A Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais relativos a demandas tributárias em andamento nos quais são partes, sendo que, para as contingências classificadas pelos nossos assessores jurídicos como provável exigência de recursos, foi provisionado na controladora o valor total de R\$ 172 (em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 3.540) e no consolidado R\$ 3.281 (em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 8.163).

Possíveis

Para os processos trabalhistas, cíveis e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 40.047 (em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 34.361), nenhuma provisão foi constituída.

Das contingências classificadas como possíveis, os processos considerados relevantes referem-se a demandas tributárias onde se discute:

- Incidência de INSS sobre a participação da diretoria nos lucros da Companhia enquanto diretores com contrato de trabalho suspenso: R\$ 2.594;
- Incidência de contribuição social sobre o lucro líquido correspondente a exportações efetuadas no ano de 1989: R\$ 3.064.

19. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Aquisição de participação minoritária (a)	20.656	-	20.656	-
Custos a incorrer	4.413	6.781	4.462	6.823
Outras contas a Pagar	4.137	3.080	5.443	3.551
	29.206	9.861	30.561	10.374
Circulante	26.648	8.582	27.992	9.085
Não circulante	2.558	1.279	2.569	1.289

(a) O saldo a pagar de aquisição de participação minoritária refere-se ao valor devido em 31 de dezembro de 2014 relativo ao pagamento das quotas de participação minoritária da Controlada Duraferro Indústria e Comércio Ltda., em conformidade com a decisão proferida no procedimento arbitral CMA 234 da Câmara de Conciliação e Arbitragem CIESP/FIESP (vide nota 4).

20. Patrimônio líquido (controladora)

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 o capital social, subscrito e integralizado de R\$ 116.800, está representado por 607.192 ações ordinárias e 992.808 ações preferenciais, perfazendo um total de 1.600.000 ações sem valor nominal.

b. Reservas de capital

- *Reservas de incentivos fiscais*

É destinada à parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos.

c. Reservas de lucros

O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

- *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reservas de retenção de lucros*

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital.

- *Reservas de lucros a realizar*

Essa reserva é constituída como uma destinação do lucro do exercício ou parte dele, ainda não realizado financeiramente pela Companhia para fins de distribuição de dividendos.

d. Ajuste de avaliação patrimonial

São classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.

e. Remuneração dos acionistas

Por força do artigo 6º, alínea “a”, do Estatuto Social, em 31/12/2014 foi contabilizada à conta de reserva de lucros o valor de R\$ 87 (R\$ 5.798 em 31/12/2013) em função da distribuição de dividendos mínimos no valor de R\$ 5.798 às ações preferenciais, correspondentes a 8% ao ano sobre o respectivo capital social, com valor de R\$ 5,84 por ação.

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro/ prejuízo do exercício	7.392	(39.231)
Reserva legal	(370)	-
Resultado líquido ajustado	7.022	(39.231)
Realização através da depreciação do ajuste de avaliação patrimonial (IFRS)	4.419	4.296
Subtotal	11.441	(34.935)
Reserva para incentivos fiscais – investidas	(5.263)	(6.845)
Reserva de lucros a realizar - investidas	(467)	(612)
Total	5.711	(42.392)
Contabilizado à conta de reserva de lucros	87	5.798
Dividendos mínimos obrigatórios ações preferenciais (8% sobre o capital social)	(5.798)	(5.798)

f. Lucro por ação

Básico - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. Não houve novas emissões de ações nem mesmo compra de ações próprias durante o período findo em 31 de dezembro de 2014.

31/12/2014	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro atribuível	1.594	5.798	7.392
Média de ações	607	993	1.600
Lucro por ação	2,63	5,84	4,62

Diluído - O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferenciais e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui ações potenciais ou quaisquer outros instrumentos financeiros conversíveis que provocariam diluição, dessa forma, o lucro por ação diluído não possui diferença em relação ao lucro básico por ação.

21. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Despesas financeiras				
Juros	(12.773)	(13.795)	(12.982)	(14.577)
Variações cambiais passivas	(1.286)	(4.177)	(1.412)	(4.235)
Fianças bancárias	(817)	(1.296)	(816)	(1.300)
IOF	(1.983)	(1.758)	(2.196)	(2.049)
Descontos concedidos	(1.418)	(148)	(1.437)	(176)
Outros	(993)	(312)	(1.115)	(409)
	(19.270)	(21.486)	(19.958)	(22.746)
Receitas financeiras				
Juros	5.196	5.212	1.723	3.045
Variações cambiais ativas	1.349	367	1.498	450
Juros sobre capital próprio	2	12	663	667
Ganho aplicações financeiras	1.642	2.126	1.709	2.205
Outros	2.468	218	3.097	351
	10.657	7.935	8.690	6.718
Líquido	(8.613)	(13.551)	(11.268)	(16.028)

22. Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Outras despesas operacionais				
Provisões operacionais	(869)	(7.340)	(2.401)	(7.747)
Prejuízo na venda de bens do imobilizado e investimentos	(25)	(497)	(49)	(727)
Custo ociosidade de fabricação	(2.987)	(7.347)	(2.987)	(7.347)
Liquidação de processos judiciais	(2.438)	-	(2.438)	-
Despesas tributárias	(1.204)	-	(2.577)	-
Outras despesas operacionais	(651)	(2.322)	(2.723)	(3.013)
	(8.174)	(17.506)	(13.175)	(18.834)
Outras receitas operacionais				
Reversões/utilização de provisões operacionais	4.750	2.831	6.012	3.468
Lucro na venda de bens do imobilizado e investimentos	311	126	787	902
Subvenções Governamentais*	-	-	1.225	936
Dividendos recebidos	-	-	145	117
Multa por atraso de fornecimento	-	752	-	752
Aluguéis/locações	1.123	1.647	1.319	2.460
Outras receitas operacionais	2.059	2.098	2.834	2.663
	8.243	7.454	12.322	11.298
	69	(10.052)	(853)	(7.536)

(*) As subvenções governamentais, uma vez atendidos os requisitos necessários, foram reconhecidas como receita conforme determina o CPC 7 – Subvenção e assistência governamentais, entretanto, devido a restrições legais quanto à sua distribuição aos sócios ou acionistas, foram transferidas à conta de Reserva de incentivos fiscais.

Os custos com ociosidade referem-se à situação anormal e temporária de ocupação dos meios produtivos.

23. Informação por segmento

Para fins de administração, as entidades do consolidado da Companhia são divididas em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com dois segmentos operacionais:

- O segmento de mecânica correspondente à fabricação de equipamentos sob encomenda e;
- O segmento de aços e serviços representado pela laminação de metais e serviços diversos.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base na receita bruta e no lucro ou prejuízo líquido.

31/12/2014	MECÂNICA	AÇOS E SERVIÇOS	ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
Receita líquida	387.349	129.639	(38.052)	478.936
Lucro do período	6.366	2.131	(1.105)	7.392
Ativos operacionais	716.275	239.724	(166.162)	789.837
Passivos operacionais	432.608	144.786	(124.690)	452.704

31/12/2013	MECÂNICA	AÇOS E SERVIÇOS	ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
Receita líquida	319.186	118.359	(12.596)	424.949
Prejuízo	(34.360)	(12.741)	7.870	(39.231)
Ativos operacionais	663.110	245.891	(149.152)	759.849
Passivos operacionais	373.194	138.386	(111.706)	399.874

24. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita bruta vendas de produtos	449.071	389.957	483.312	436.216
Receita bruta serviços prestados	-	-	58.966	41.543
Impostos s/ vendas	(44.862)	(37.613)	(63.342)	(49.605)
Abatimentos e devoluções	-	(2.884)	-	(3.205)
Receita Líquida	404.209	349.460	478.936	424.949

25. Despesa por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Materiais e demais desp.comerciais e adm.	(269.427)	(245.219)	(283.365)	(277.322)
Gastos com pessoal	(114.009)	(104.696)	(164.531)	(149.125)
Depreciação/amortização	(12.005)	(10.663)	(18.647)	(17.721)
	(395.441)	(360.578)	(466.543)	(444.168)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Custo dos produtos vendidos e/ou serviços prestados	(344.234)	(309.314)	(398.185)	(375.331)
Despesas com vendas	(26.798)	(27.354)	(28.925)	(29.797)
Despesas gerais e administrativas	(19.622)	(18.681)	(34.624)	(33.789)
Honorários e participação da administração	(4.787)	(5.229)	(4.809)	(5.251)
	(395.441)	(360.578)	(466.543)	(444.168)

26. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e estoques.

O valor total dos riscos diversos conforme apólice vigente em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 116.200 e (em 31 de dezembro de 2013 o valor era de R\$ 149.252).

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia.

27. Instrumentos financeiros

a. Visão geral

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e das suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas contábeis dos valores de realização mais adequados, consequentemente tais estimativas estão sujeitas às premissas das “*estimativas contábeis*”, conforme consta na nota explicativa 3 – *Sumário das principais práticas contábeis*.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

b. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e bancos, empréstimos e financiamentos, apresentam-se pelos seus valores contratuais, os quais se aproximam dos valores de realização e mercado, respectivamente. O investimento na Vale S.A, foi classificado na categoria “Investimentos disponíveis para a venda”, e está sendo mantido exclusivamente com finalidade de aplicação financeira. Esse investimento encontra-se avaliado pelo seu valor justo, com base nas cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços e suas variações são registradas em “Outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido.

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a agentes financeiros de primeira linha. Os derivativos são avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado e referem-se a contratos cambiais a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo e curvas das taxas de juros.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. São avaliados por essa hierarquia os saldos de empréstimos e financiamentos;

- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. São avaliados por essa hierarquia os instrumentos financeiros derivativos.

Não existem instrumentos financeiros classificados nas categorias de mantidos até o vencimento.

c. Ativos e passivos em moeda estrangeira - Consolidado

Os saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados conforme segue:

	Valores (em R\$ mil)		Moeda
	31/12/2014	31/12/2013	
Natureza do Saldo			
Adiantamentos para importações	8.200	3.183	EUR
Adiantamentos para importações	6.611	457	USD
Financiamento Finimp	6.518	11.687	EUR
Financiamento Finimp	4.985	358	USD
Importações de materiais	724	286	EUR
Importações de materiais	997	879	USD

d. Riscos

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Entretanto as respectivas situações atuais dos fluxos de caixas contratuais dos projetos estão sujeitas aos riscos de atrasos de pagamentos por parte dos clientes e suspensões de contratos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e das suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas Controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em

termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações. Os resultados (ganhos e perdas) apurados nas operações com derivativos estão integralmente reconhecidos na demonstração do resultado do período da controladora conforme demonstra a nota explicativa 21.

Sensibilidade de taxa de juros sobre empréstimos e financiamentos

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro consolidado antes da tributação. Com relação ao Patrimônio líquido consolidado, o impacto apresentado não é significativo.

	Aumento/Redução em pontos base	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2014	+ 100	(224)	(224)
	+ 150	(336)	(336)
	-25	56	56
	- 50	112	112
31/12/2013	+ 100	(455)	(455)
	+ 150	(676)	(676)
	-25	113	113
	- 50	226	226

A oscilação estimada em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado correlacionada as taxas negociadas nos contratos das empresas que compõem o Patrimônio consolidado.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente a possibilidade de contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Derivativos em aberto

A posição consolidada de derivativos foi liquidada em janeiro de 2014.

e. Análise de sensibilidade de oscilações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de câmbio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro Consolidado antes da tributação.

	Aumento/Redução em Percentual s/ taxa de câmbio	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2014	+25%	397	397
	+50%	794	794
	-25%	(397)	(397)
	-50%	(794)	(794)
31/12/2013	+25%	(3.011)	(3.011)
	+50%	(6.023)	(6.023)
	-25%	3.011	3.011
	-50%	6.023	6.023

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*), quando aplicável, previstos em contratos de empréstimos e financiamentos. Em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o trimestre findo em 31 de dezembro de 2014.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos e financiamentos	157.496	142.614	164.911	164.232
Fornecedores	65.282	51.605	72.467	57.385
Partes relacionadas	28.120	21.571	-	-
Provisão IR e CSLL	-	-	104	248
Provisão participação da diretoria/empregados	-	210	-	210
Dividendos propostos/juros sobre capital próprio	6.058	6.025	6.058	6.025
Adiantamento de clientes	98.493	78.672	102.671	82.695
Provisão de férias e encargos	13.050	11.356	15.971	15.433
Provisão para contingências	732	4.201	5.277	9.534
Provisão IR e CSLL diferidos	29.680	31.143	39.385	42.977
Outros	52.245	30.142	45.859	21.135
Dívida líquida	451.156	377.539	452.703	399.874
Patrimônio líquido	337.133	351.723	337.133	359.975
Patrimônio líquido e dívida líquida	788.289	729.262	789.836	759.849
Coefficiente de alavancagem	0,57	0,52	0,57	0,53

Risco de concentração de negócios

Considerando as características do mercado de bens de capitais de longo prazo de fabricação, a Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de concentração de negócios.

28. Tributação

Lei 12.973 de 13 de maio de 2014, Medida Provisória nº 627 de 2013 e IN 1397 de 2013.

A Lei 12.973 de 13 de maio de 2014 que resultou da conversão da Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (MP 627) e Instrução Normativa 1397, de 16 de dezembro de 2013, alterada pela IN 1422, de 19 de dezembro de 2013 (IN 1397), trouxeram diversas providências, dentre as quais destacamos as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição (RTT); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ bem como na legislação pertinente à CSLL; (iii) definição de

que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As providências indicadas nos itens (i) a (iii) acima entram em vigor a partir de 2015. Entretanto, a referida MP permite que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014 (de forma irrevogável) como condição para eliminar eventuais efeitos tributários relacionados a dividendos pagos, ao cálculo dos juros sobre capital próprio e à avaliação dos investimentos relevantes em sociedades controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial.

Segundo a avaliação da Administração, a não opção da adoção antecipada não tem impacto relevante sobre os resultados da Companhia.

* * * * *

Conselho de administração

Claudio Bardella
Alfredo Camargo Penteado Neto
José Rubens de Macedo Soares Sobrinho
Mauro Fernando Maria Arruda

Presidente
Vice-Presidente
Conselheiro
Conselheiro

Conselho Fiscal

Antonio Luiz Sampaio Carvalho
Carlos Jorge Loureiro
Henrique Alves de Araújo
Massao Fabio Oya
José Eduardo Escorel de Carvalho

Conselheiro
Conselheiro
Conselheiro
Conselheiro
Conselheiro

Diretoria

José Roberto Mendes da Silva
Eduardo Fantin
Rubens Geraldo Gunther

Diretor Presidente
Diretor
Diretor

Contador

Luiz Honório Martins
CRC - 1SP128092/O-2

* * * * *